

ARQUÉTIPO E LIMITE: ANOTAÇÕES DA PSICOLOGIA JUNGUIANA PARA PENSAR A POLÍTICA

ARCHETYPE AND LIMIT: NOTES FROM JUNGUIAN PSYCHOLOGY TO THINK ABOUT POLITICS

Marta Bellini¹

PREFÁCIO AO LEITOR

Para este Dossiê Temático *Educações, (bio)políticas e complexidades*, tomei um desvio para pensar o corpo na modernidade por algumas aberturas da psicologia analítica. Não será um manuscrito extenso porque a autora caminha por lugares da psicologia analítica de modo ainda elementar.

A proximidade do tema *Educações, (bio)políticas e complexidades* com o a do manuscrito se dá pelo advento da modernidade e as estratégias daí derivadas para controle e adestramento dos corpos dos indivíduos pelo conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos que ampliam a dominação econômica, cultural e afetiva.

Por meio dos estudos de Foucault a biopolítica, termo descrito pela primeira vez em 1976, e desenvolvido posteriormente, em 1979, em o *Nascimento da Biopolítica*, quando o filósofo a descreveu como o poder que passou a conduzir a o corpo, as vidas, pela regulação das populações via disciplina e economia política liberal.

Nesse percurso, disciplina e biopolítica caminham na mesma direção da sociedade da mercadoria, é o mercado que regula a economia, os corpos, a população, o governo e o Estado. No século XXI, podemos dizer que o mercado não quer deixar “nenhum lucro para trás”, por mínimo que seja, podendo ser uma pequena escola pública transformada em escola “híbrida”, 90 % com robôs que dão aulas gravadas por professores reais e 10% com docentes transformados em gerentes de robôs. A Base Comum Curricular Brasileira, a BNCC, é, infelizmente, parte da gestão neoliberal para o mercado nos moldes da biopolítica.

A BNCC – orientação para a educação e ensino em um país – é um documento que põe de joelhos os trabalhadores da educação, sobretudo os do setor público, ao mercado brasileiro, a saber os das mercadorias que suportam a destruição de florestas, matas, rios e mares; de empreendedores que são trabalhadores confinados à uberização da vida, do desmanche dos direitos que restam vindos do Estado.

Dito isso, minha questão, neste capítulo, passa pela psicologia e os limites do desenvolvimento humano, descritos no livro do psicólogo junguiano Luigi Zoja, *História da Arrogância*.

¹ Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. É professora associada no Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA DA ARROGÂNCIA

Luigi Zoja é economista e sociólogo italiano, psicólogo por formação em psicologia analítica pelo Instituto de Zurique pelo Instituto C. C. Jung, em Zurique que estudou os ritos em práticas religiosas, os rituais do vício em drogas pesadas e os problemas ambientais no planeta.

Suas perguntas traduzidas no prefácio de seu livro por Roberto Gambini (2000) são “Por que abraçamos o vazio?”; “Por que as coisas triunfam sobre os homens na modernidade?”; “Por que fabricamos os mesmos rituais de fim de ano em multidões com palavrório de esperança, de começos e intensões nobres?”.

Para Gambini (*in Zoja, 2000, p. ix*) Zoja “construiu uma das mais belas análises sobre o trágico destino que move o Ocidente a partir de suas raízes na Atenas do século V”. Zoja está tratando da história e da psique que podem ser vistas, diz Gambini, uma como o espelho da outra. Até o século V a civilização grega baseava-se na estabilidade, após este século, “a cultura se expande e a noção mítico religiosa de destino, até então arraigada na alma grega, passa a ser substituída por outra, racional, de progresso”.

Nesse caminho, a ideia de homem, natureza e cosmos como parte de uma mesma dimensão, é desfeita. Entramos no intrincado problema modernidade: a crença em um progresso infinito com técnicas que criam um desenvolvimento ininterrupto. Gambini (*in Zoja, 2000, p. xiii*), resume no prefácio da *História da Arrogância*, alguns fatores que nos fizeram e fazem abraçar o vazio: 1) poder profético das religiões monoteístas que introduzem a visão evolucionista da salvação e a perda da emoção transcendente que nos fez adotar o princípio unilateral da racionalidade como verdadeira salvação; 2) a anulação do corpo, também problema moderno, originada em Platão, a alma acima do corpo, capaz de efetuar a evolução de uma “cultura do espírito”; 3) a divinização do homem, capaz de se fazer de deus tornando o homem contemporâneo de ser possuído pela hýbris, a arrogância; 4) a concepção de Deus como modelo de causas infinitas, substituindo o mito politeísta por causas regulares; 5) um núcleo iluminista no cristianismo introduzindo o bem e o mal, o verdadeiro e o falso. Para Gambini (*in Zoja, 2000, p. xiv*):

A ética do monoteísmo alia progresso e conhecimento e gera, com enorme antecipação, os pressupostos do iluminismo enquanto redenção para as trevas do mal e da ignorância. Em oposição ao pessimismo grego, o cristão, deverá redimir a si mesmo e ao próximo, agindo por escolha própria em favor do bem. Mas como notará Nietzsche, essa configuração resulta numa visão teórica que formulará soluções que ocultam trágicas ambiguidades.

O sexto fator trata da fé entrando na história. É a atribuição ao homem da responsabilidade dos fatos. Aí, diz Gambini (*in Zoja, 2000, p. xiv*) vemos a origem da moderna consciência de autoria do homem perante a história que o mito grego negava. O sétimo fator é a meta do crescimento absoluto e a abertura ao infinito. Sem os limites

do mito grego, a lógica é sermos levados pelo desenvolvimento irrestrito o qual nos levou e leva ao desenvolvimento descontrolado, o crescimento catastrófico de cidades, de devastações da natureza, de trabalho ininterrupto, de secura dos rios, de extermínio do mundo. Aí, reside a *hybris*, a arrogância.

A *hybris* de Dédalos, pai de Ícaro, que voa alto demais (mania) ou perigosamente rente às águas do mar (depressão), consiste em ter usado a técnica (a construção das asas) de modo a enganar e perverter a natureza, o que resulta na exigência mítica de castigo e restauração de ordem perturbada (GAMBINI, in ZOJA, 2000, p. xv).

É disso que trata a História da Arrogância. Da perda de limites. Para Zoja todos os limites desapareceram na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse período temos centenas de invenções, explorações geográficas, laicismo filosófico e revoluções políticas. A fé não está mais na onipotência divina, mas na técnica. Pouco mais tarde, o técnico não conseguirá mais controlar o que produziu. Daí a vitória das coisas sobre o homem e “o terror ancestral de atravessar a vida com o espírito morto” (GAMBINI, in ZOJA, 2000, p. xix).

Neste texto procuro no conceito de arquétipo, palavra de origem grega, para pensar como as gerações anteriores às nossas vivenciaram fenômenos semelhantes aos que passamos atualmente.

Arquétipo vem de *arché*, o princípio, ou o original e *typos*, padrão, em grego. Combinadas, essas palavras se referem ao que existe de comum nas gerações ou civilizações humanas que padronizam o que vivemos ou que são seguidos por muitos de nós. Para Jung os arquétipos foram vividos coletivamente por nossos antepassados e mesmo em épocas diferentes, os mesmos modelos arquetípicos podem nos padronizar a nossa maneira de ser e agir no mundo.

A Sombra é um arquétipo que pode abrigar os coletivos humanos para o bem ou para o mal. No caso, Zoja (2000) vai tratar das manifestações da Sombra como maneiras de ser em que o limite dos homens desaparece no trato com a natureza e outros modos de ser.

A ARROGÂNCIA NA SOMBRA

A Sombra é um arquétipo tão poderoso como outros arquétipos, diz Vogler (2015), máscara ou função passível de ser usada por uma pessoa ou coletivo. Manifesta aspectos positivos ou negativos; na psique, pode ser qualquer coisa oprimida, esquecida ou negligenciada. “Recobre sentimentos sadios e naturais que, acreditamos, não devemos mostrar” (VOGLER, 2015, p. 115).

A Sombra também pode um potencial inexplorado como a criatividade, afetos e capacidades que não sabemos que temos. É por isso que um tatu solitário andando à meia noite em uma avenida central da cidade de Maringá rendeu vídeos e suspiros de amor na primeira semana do confinamento social da Covid-19 em março de 2020. A

natureza tatu estava na Sombra até que os homens se retiraram das ruas naquele momento do ano.

A natureza tatu, relegada à Sombra e desprezada pelo mercado, marchou pela avenida central de carros e ônibus. Emergiu de algum buraco-casa onde sobrevive enquanto o deus mercado esgota os recursos naturais e pela *hybris* do agronegócio e sua matança de animais vivos pelas queimadas na Amazônia e outros biomas. A *hybris* impede a apreensão de uma emoção que atravessa as almas, não orientando sentimentos ancorados no inconsciente. É como se tivesse acabado nossa sabedoria e, agora, estamos em um universo só de informações sobre economia. É este o homem moderno. Bem-informado, mas sua racionalidade não admite ver e acolher as outras dimensões de nossa vida.

Na Sombra também estamos nós e nossos corpos nos eventos festivos dirigidos pelas empresas. Dia das Mães, Pais, Natal e outras datas em que o mundo do ego que domina o plano material do comércio, da produção de bens, de dinheiro circulando. A arrogância levou-nos à perda da emoção. A *hybris* produziu a divinização do homem. Esse novo deus revogou o corpo humano tornando-o sem cultura, sem a natureza, sem os costumes. Empobreceu as cidades dividindo-a em partes, a dos ricos, a dos pobres e das classes médias.

O que Freud chamou de patologias sociais ou mal-estar da civilização chamamos aqui de orgulho e arrogância que também criam o mal-estar, as ansiedades, os suicídios de jovens.

O chamado progresso avançado no século XXI trouxe um mundo de “*experts*” ou gerentes com práticas de destruição com marcas de crueldade que habitam as pessoas consigo mesmas e com os outros. O que temos é um estatuto da criminalidade, da agressividade, da violência (BIRMAN, 2014, vídeo).

A pandemia da Covid-19 é vista como crise pelos agentes mercadores e pelo Estado. No entanto, é uma crise provocada por desmatamentos das florestas e matas, pela alta densidade populacional de muitas cidades e mais importante, acirrada por nosso distanciamento da dimensão natural que reside em nós mesmos. Não somos, nem estamos sozinhos no planeta.

A *hybris* cria uma linguagem tão arrogante quanto suas ações. Fala-se em crise da pobreza, crise da educação, crise dos funcionários públicos, a crise da previdência, e mais crises que os *experts* de ministério da economia planejam todo dia. As crises fabricadas são as estratégias para salvar a crise econômica ou seus donos, os banqueiros, os empresários e outros aliados.

Os acordos de Washington dos anos 90 do século XX fabricam um rol de especialistas em Estado mínimo que criam slogans para esvaziar a substancialidade política, como por exemplo, os sindicatos, as associações de trabalhadores, as escolas. É a sociedade de risco em que nenhum de nós conta com leis de proteção social, lançados ao mundo do falso empreendedorismo, uma sociedade não regulamentada.

Nos Estados mínimos, empresários, banqueiros e aliados políticos, correm para capturar todo e qualquer lucro que emergir das relações sociais utilizando a propaganda

das crises para a fabricação de consensos. Mais uma vez, jogamos na Sombra, caminhos diversos para nossas escolhas.

Para roubar a educação de crianças e jovens pobres os criminalizamos. Quem não leu e até repetiu o *slogan* de patrões “Os alunos são violentos”; “batem em professores”. Perguntamos, então. “Quantos alunos são violentos e batem em professores? Todos? 50%? Quem fez a pesquisa sobre violência nas escolas? Ou a violência ocorre contra jovens pobres e negros de bairros periféricos?”

Para destroçar as escolas públicas, as propagandas patronais dizem que “os professores ganham muito e trabalham pouco”. O atual ministro da economia repetiu a frase muitas vezes. Os salários de professores de escola pública, aposentados com 30 anos de magistério, não passam de R\$ 5 mil reais. Em alguns estados, é menor. Sabe também que, desde 2010, não há concursos para professores nem das escolas públicas, nem das universidades. Os estados produzem a precariedade do ensino mais acentuada desde a PEC 241/2016, de Temer, que impede – por 20 anos – qualquer benefício às escolas e universidades até mesmo a construção de banheiros.

Para acabar com o ensino público, a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, prevista na Constituição Federal de 1988, votada em 2017 e sancionada pelo atual governo federal, em 2020, que deveria garantir educação de qualidade às novas gerações, foi transformada em um projeto de empreendedorismo por empresários de diversos setores e por banqueiros além de políticos ligados ao PSDB (BELLINI, 2020)

A BNCC é um documento copiado do que já foi feito, várias vezes, nos EUA. Também neste país, a crise escolar foi inventada para possibilitar que empresários da educação pudessem fazer a proposição do ensino remoto e terceirização de professores. O relatório estadunidense “Uma nação em risco” – *A nation at risk* – preparado pela Comissão Nacional de Excelência em Educação, de abril de 1983, com o presidente Ronald Reagan, alertava para a precariedade qualidade da educação. Destacava vinte e três milhões de adultos analfabetos funcionais, descrevia que um quinto dos alunos de dezessete anos não conseguiam escrever um texto persuasivo e o desempenho médio dos estudantes em testes padronizados era pior do que antes do lançamento do *Sputinick* em 1957. Por fim, responsabilizava diretores e professores por isso, oferecendo o espaço público ao mercado de empresários da educação e seus aplicativos, robôs e uma padronização curricular. Seis anos depois, em 1989, investigação realizada por uma comissão de educadores mostrou um resultado foi desastroso.

No Brasil, empresários do Movimento pela Base, criado em 2013 e a Fundação Lemann, foram, em 2013, com um grupo de parlamentares brasileiros para os EUA, participar do seminário *Liderando Reformas Educacionais e Fortalecendo o Brasil para o século 21*, organizado pela Universidade de Yala. Esse segmento empresarial atuou para a BNCC privatista e pelos recursos do MEC e o MC&T cujos orçamentos bilionários são muito cobiçados pelo capital financeiro.

A *hybris* empresarial superou qualquer debate ético; agora a educação pública poderá dispensar professores concursados e oferecer serviços ao Ministério da Educação dilacerando as escolas com remoto em algumas disciplinas e ensino presencial para

professores terceirizados. Lembremos que, desde Temer, foi aprovado que não haverá concursos públicos por 20 anos.

A expansão de *hybris* leva-nos a uma sociedade do século XIX. Estado policial de um lado, fundamentalismos de outro. O socorro vem da indústria de remédios. Todos temos uma síndrome para chamar de nossa. Chegamos a um limite? Ainda não temos respostas. Deve estar na Sombra aguardando o momento de vir à consciência.

EM BUSCA DO REFÚGIO DA SOMBRA

Nossa civilização é a primeira que se crê imortal porque ainda não há um sentimento consciente da limitação, diz Zoja (2000). É a sociedade nua como chama Agamben (BIRMAN, 2015) que pode vir a ser a sociedade simbólica e motivar mudanças desassombradas, conscientes.

Pode ser que não consigamos restaurar os símbolos e as condições histórico-civilizadas e regridamos a uma condição animal por seleção natural com a morte dos mais fracos (ZOJA, 2000). Mas pode ser que – em um aspecto otimista – que restaura o homem, seu corpo e a natureza, uma vez que Deus e a religião podem permanecer.

Cito aqui uma das passagens encantadoras do livro de Zoja (2000, p. 168):

Expulsa do ambiente circundante, a natureza se refugia cada vez mais dentro do indivíduo, sob a forma de revalorização do corpo, que a cultura subjugou, mas não “des-naturou” para sempre, nele se intui a presença de “reservas naturais” internas, sem as quais é impossível o acesso ou inútil à fruição das reservas externas, que a natureza criou, mas depois a cultura instituiu e enclausurou. Também nas disciplinas psicológicas, surgidas para curar a psique negligenciada pela medicina organicista, renasce a “vivência corpórea” na teoria e pela intervenção física na terapia. A distinção mente/corpo que, diferentemente de outras, a cultura do Ocidente elaborou, traduz em uma vida que não tem só a forma unitária, definida do homem, mas também a forma infinita, abstrata e potencialmente alienante do conceito.

É claro, diz Zoja (2000) que uma nova sociedade, de nua a simbólica, é uma decisão histórica das diversas circunstâncias históricas que temos. A psicologia e a política, nessas circunstâncias, poderiam responder com uma psicologia política que reconheça os limites.

Termino com os últimos parágrafos do livro de Zoja (2000, p. 188/189):

Minhas palavras são inadequadas para fechar estas páginas: vem-me à mente um conto de Tolstoi sobre o homem que luta contra o limite. De quanta terra precisa um homem? Pergunta o título. A resposta chegará inesperada no final.

Um homem faz um pacto com o diabo. Receberá toda a terra que conseguir percorrer a pé. Caminhará do nascer ao pôr-do-sol; e como

tem pernas fortes, ele espera atravessar vastos espaços. Passa o dia sem se conceder descanso. Quando o sol está perto de se pôr, ele não se dá por satisfeito. Intensifica o esforço. Falta-lhe fôlego, mas ele inclui ainda em seu percurso aquele bosque. O sol parece-lhe baixo, mas é difícil avaliar porque sua vista está cada vez mais enevoada. Quer ainda aquele campo, aquele vale. Quando cai morto por causa do esforço, o conto explica de quanta terra precisa um homem; se ele não conhece o limite, apenas um par de metros lhe bastam. Mais do que isso não é preciso para ser enterrado.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Marta. O desmanche da educação pública nos governos Temer e Bolsonaro: o caso da base nacional comum curricular e ensino de ciências. **Koan: Revista de Educação e Complexidade**, n. 8, dez. 2020.

BIRMAN, Joel. **Café Filosófico: Novas subjetivações e o mal-estar na contemporaneidade**. Vídeo. Campinas. 13 de agosto de 2014.

ZOJA, Luigi. **História da Arrogância**. Psicologia e limites do desenvolvimento humano. Prefácio de Roberto Gambini. São Paulo: Axis Mundi, 2000.